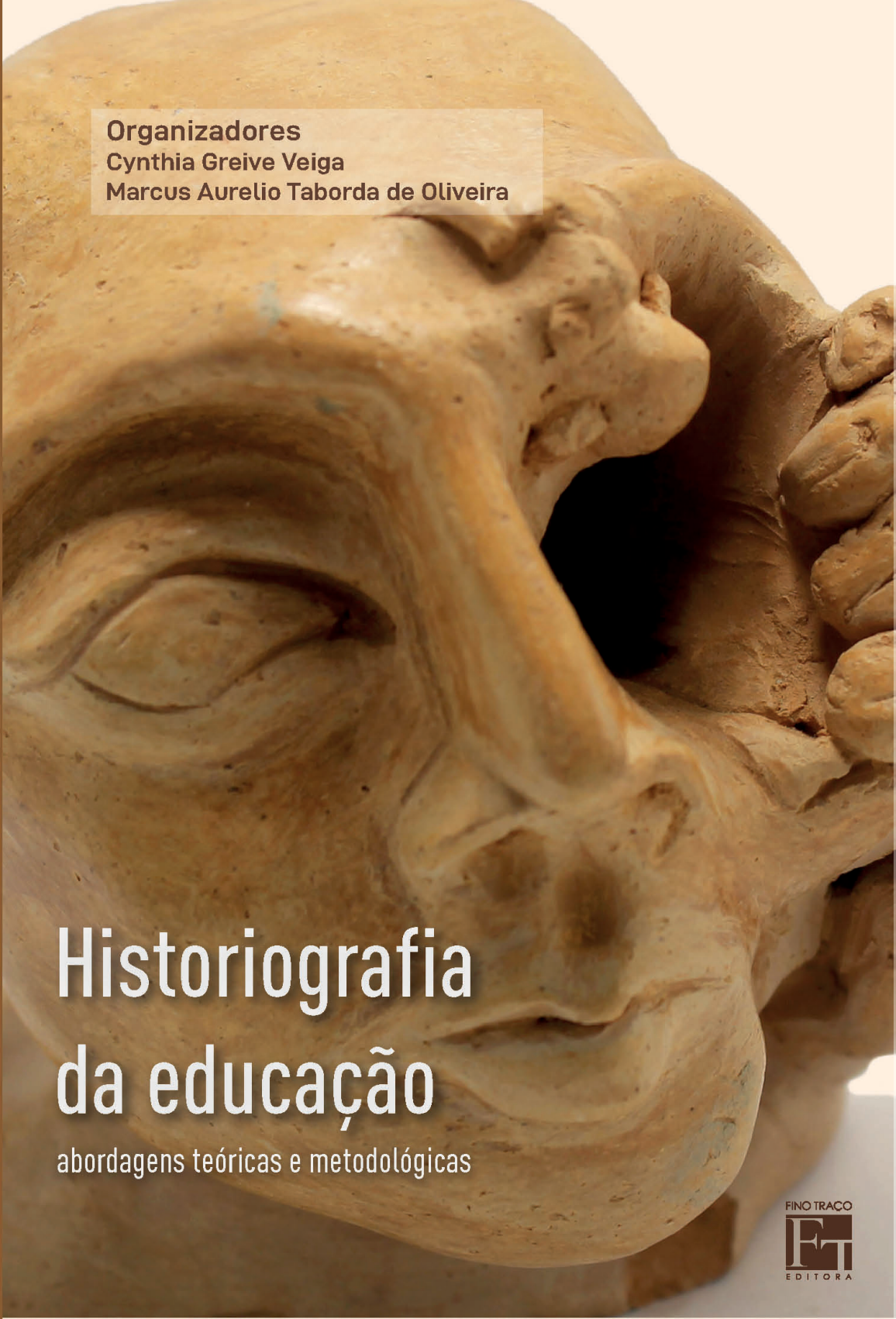
Organizadores
Cynthia Greive Veiga
Marcus Aurelio Taborda de Oliveira



Historiografia da educação

abordagens teóricas e metodológicas

FINO TRAÇO
EDITORA

Todos os direitos reservados à Fino Traço Editora Ltda.
© Cynthia Greive Veiga e Marcus Aurelio Taborda de Oliveira
Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem a autorização da editora.

As ideias contidas neste livro são de responsabilidade de seus organizadores e autores e não expressam necessariamente a posição da editora.

CIP-Brasil. Catalogação na Publicação | Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

H58

Historiografia da educação : abordagens teóricas e metodológicas / organizadores Cynthia Greive Veiga, Marcus Aurelio Taborda de Oliveira. - 1. ed. - Belo Horizonte [MG] : Fino Traço, 2019.

296 p. ; 22 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 9788580544275

1. Educação - História. 2. Educação - Historiografia. I. Veiga, Cynthia Greive. II. Oliveira, Marcus Aurelio Taborda de.

19-57718 CDD: 370.9 CDU: 37(09)

Conselho Editorial Coleção EDVCERE

Alfredo Macedo Gomes | UFPE
Álvaro Luiz Moreira Hypolito | UFPEL
Dagmar Elizabeth Estermann Meyer | UFRS
Dalila Andrade Oliveira | UFMG
Diana Gonçalves Vidal | USP
Elizeu Clementino de Souza | UNEB
Luiz Fernandes Dourado | UFG
Wivian Weller | UNB

Fino Traço Editora ltda.

Rua Dom Braz Baltazar 209 | Cachoeirinha | CEP 30150-100
Belo Horizonte. MG. Brasil | Telefone: (31) 3212-9444
finotracoeditora.com.br

SUMÁRIO

Prefácio ***7***
Mirian Jorge Warde

Apresentação ***15***
Cynthia Greive Veiga e Marcus Aurelio Taborda de Oliveira

Capítulo 1 ..... ***21***
Pesquisa sobre educação no Antigo Regime luso-americano: percursos metodológicos
Thäís Nívia de Lima e Fonseca

Capítulo 2 ..... ***49***
Escola pública, processo civilizador, modernidade eurocêntrica e exclusão sociorracial: diálogos com Anibal Quijano e Norbert Elias
Cynthia Greive Veiga

Capítulo 3 ..... ***101***
Pesquisas sobre a educação dos sentidos e das sensibilidades na História da Educação: algumas indicações teórico-metodológicas
Marcus Aurelio Taborda de Oliveira

Capítulo 4 ..... ***149***
Itinerários de saberes: compreendendo a circulação do conhecimento sobre ginástica .....
Andrea Moreno e Anderson da Cunha Baia

Capítulo 5 ..... ***187***
Adolescência/juventude como categoria de análise nas pesquisas em história da educação: contribuições teórico-metodológicas
Mônica Yumi Jinzenji e Eliezer Raimundo de Sousa Costa

Capítulo 6 ..... ***223***
Análise de impressos e seus leitores: uma proposta teórica e metodológica para pesquisas em história da educação
Ana Maria de Oliveira Galvão e Juliana Ferreira de Melo

Capítulo 7 ..... ***261***
O Brasil para hispânico ler: percursos de uma investigação sobre as relações México-Brasil (1930-1960)
Luciano Mendes de Faria Filho

CAPÍTULO 6

Análise de impressos e seus leitores: uma proposta teórica e metodológica para pesquisas em história da educação[133]

Ana Maria de Oliveira Galvão
Juliana Ferreira de Melo

Introdução

Nas últimas décadas, tem crescido o número de pesquisas no campo da História da Educação que tomam, ora como fonte, ora como objeto, impressos de natureza diversa: periódicos como jornais e revistas, livros, livretos, almanaques. Os modos de analisá-los, no entanto, nem sempre têm sido explicitados e problematizados. Neste texto, baseadas em nossa experiência de pesquisa, nos estudos do grupo do qual fazemos parte[134], e fundamentadas em alguns pressupostos teóricos, discutimos possibilidades de análise, tendo como foco o estudo dos leitores[135]. Nossa atenção se volta, aqui, para os trabalhos que tomam os impressos como objeto de investigação[136]. Privilegiamos, neste capítulo, particularmente, o estudo do leitor

133. Agradecemos a Isabel Frade a leitura atenta do texto e as sugestões realizadas.
134. Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura Escrita, vinculado ao GEPHE.
135. O estudo do impresso inclui outros agentes do circuito de comunicações (DARNTON, 1990), como autores, editores, livreiros e impressores. Para o caso dos autores e os efeitos que buscam produzir nos leitores, ver, entre outros, Umberto Eco (1986/1979).
136. Na maioria das pesquisas que tomam o impresso como objeto de análise, ele é usado, simultaneamente, como fonte. Entretanto, os procedimentos metodológicos mobilizados

visado[137]. A partir da distinção fundamental estabelecida por Roger Chartier (1990) entre texto e impresso, discutimos essas duas dimensões de análise. Em relação à primeira, focalizamos as potencialidades da exploração tanto do conteúdo veiculado nos impressos, quanto das estratégias discursivas postas em operação principalmente por seus autores. Nesse trabalho interpretativo, recorremos a elementos advindos da própria História Cultural, mas também de outras áreas de conhecimento, como da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977; BAUER, 2002) e da Análise do Discurso (MAINGUENAU, 1997; CHARAUDEAU, MAINGUENAU, 2008; PÊCHEUX, 1990)[138]. Em relação à segunda dimensão, discutimos a materialidade do impresso, em seus diferentes aspectos. Para essa tarefa, subsídios da História Cultural (CHARTIER, 1982, 1990, 1998, 2003/1987; CHARTIER, 1987, org.) e da bibliografia analítica (GASKELL, 2009/1972; McKENZIE, 1999) são acionados.

Utilizamos, portanto, conceitos e reflexões advindos de campos do conhecimento e de tradições epistemológicas distintas. Embora haja interseções entre eles – os estudos de Roger Chartier, por exemplo, são largamente baseados na bibliografia analítica –, corremos o risco, ao fazer essa opção, de realizar uma espécie de "apropriação selvagem"[139] das obras[140].

---

quando se explora o impresso como objeto apresentam especificidades em relação às pesquisas em que impressos são utilizados apenas como fontes (entre outras) do estudo, como ficará mais claro ao longo do capítulo.

137. Em muitos trabalhos que vimos realizando, analisamos também o leitor empírico dos impressos. Para a sua apreensão, utilizamos fontes como depoimentos orais, narrativas de si (memórias, autobiografias e diários), literatura e correspondência. Esse tipo de análise demanda, porém, abordagem teórica, tratamento e procedimentos metodológicos específicos, cuja discussão não cabe no espaço deste capítulo.

138. A Análise do Discurso pode ser considerada uma disciplina e inclui várias tendências, destacando-se as vertentes anglo-saxônica (ver, por exemplo, FAIRCLOUGH, 2016/1992) e francesa. Neste capítulo, trabalhamos, sobretudo, na perspectiva da Análise do Discurso que se desenvolveu na França, a partir dos anos 1960.

139. Chartier (2007/2005, p.277) utiliza essa expressão para se referir ao modo de ler "desregrado" de uma leitora "impaciente" do século XVIII.

140. Se nos limitarmos à discussão sobre Análise do Discurso, já teríamos elementos suficientes para analisar a sua diversidade e a sua filiação a diferentes campos do saber, como, no caso da tendência francesa, à Linguística, à Psicanálise (especialmente, a lacaniana) e ao Marxismo. Além disso, recebeu influências de teóricos como Mikhail Bakhtin (1981/2006) e Michel Foucault (2008/1969; 1996/1970). Ver, a esse respeito, entre outros, Mussalim (2006) e Possenti (1990).

Apostamos, no entanto, fundamentadas em Michel de Certeau (1992/1975), que a História:

> Intervém à maneira de uma experimentação crítica dos modelos sociológicos, econômicos, psicológicos ou culturais. Diz que utiliza um "instrumental emprestado" (P. Vilar). É verdade. Mais precisamente, testa esse instrumental através de sua transferência para terrenos diferentes, da mesma forma que se testa um carro esporte, fazendo-o funcionar em pistas de corrida, em velocidades e condições que *excedam* suas normas. A história se torna um lugar de "controle" onde se exerce uma "função de falsificação". Nela podem ser evidenciados os limites de significabilidade relativos aos "modelos" que são "experimentados", um de cada vez, pela história, em campos estranhos ao de sua elaboração (CERTEAU, 1992/1975, p. 88, destaque no original).

O estudo do leitor visado: o texto e o impresso

O que estamos denominando de leitor visado? Trata-se do leitor previsto pelo autor e/ou editor no momento da produção do objeto de leitura. Diante da impossibilidade de captar as leituras "in loco" e os leitores de "carne e osso" (que, na maior parte das vezes, já não vivem ou deixaram poucos testemunhos de suas experiências[141]), ou mesmo diante das limitações que apresentam procedimentos como a história oral e o trabalho com narrativas memorialísticas, muitos estudos têm buscado, nos próprios textos e na materialidade do impresso, ou seja, em diferentes protocolos de leitura, marcas indicativas que permitam a reconstrução do leitor.

Mas, como reconstruir esse suposto leitor? Duas dimensões devem ser, necessariamente, consideradas na análise: o texto e o impresso. Para Chartier (1990, p.126), texto e impresso – "o trabalho de escrita e a fabricação do livro" – são elementos distintos, embora indissociáveis:

141. As dificuldades de captar o leitor e a própria atividade de leitura têm sido apontadas por diversos historiadores culturais. Robert Darnton (1990), por exemplo, aponta três dessas dificuldades: os documentos mostram o resultado da leitura, mas não o processo de construção das significações; os documentos são textos, que exigem interpretação – realiza-se, portanto, a interpretação da interpretação do outro; os documentos são poucos, raros.

> Contra a representação elaborada pela própria literatura, do texto ideal, abstrato, estável porque desligado de qualquer materialidade, é necessário recordar vigorosamente que não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, e que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao leitor (CHARTIER, 1990, p.126-127).

Nesse sentido, é necessário analisar dois tipos de dispositivos: "os que decorrem do estabelecimento do texto, das estratégias de escrita, das intenções do autor" e aqueles "que resultam da passagem a livro ou a impresso, produzidos pela decisão editorial ou pelo trabalho da oficina, tendo em vista leitores ou leituras que podem não estar de modo nenhum em conformidade com os pretendidos pelo autor" (CHARTIER, 1990, p. 127). O mesmo texto, nessa concepção, não é o "mesmo" se mudam os dispositivos de sua inscrição ou de sua comunicação (CHARTIER, 1998, p. 270). Esses dispositivos permitem e limitam, ao mesmo tempo, a produção de sentidos. Para o autor, em debate com Bourdieu (1996, p. 251), "A pergunta histórica deve atuar justamente sobre esses dois registros" e, desse cruzamento, "poderá nascer uma reinterrogação do objeto-livro em função dos problemas que colocamos hoje". (p. 251)

Algumas pesquisas realizadas no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura Escrita mostram essas relações entre texto e impresso em vários tipos de materiais escritos. Barbosa (2019) analisa, por exemplo, os suportes que abrigaram diferentes poemas de literatura infantil – hoje considerados clássicos – principalmente na segunda metade do século XX: o efeito de sentido provocado por um poema publicado em um livro didático é certamente muito distinto daquele produzido quando o mesmo poema se encontra em uma antologia poética do autor ou quando compõe uma coletânea destinada à infância. Tipo de análise semelhante já havia sido realizado por Batista (2004), quando reconstrói o caso da escolarização do poema/canção *São Francisco*, de Vinicius de Moraes e Paulinho Soledade e discute os efeitos - no leitor e nos modos de conceber a leitura - que a presença do poema em livros didáticos provoca. Para o autor, "por meio de sua nova "letra", de suas relações com outros textos e exercícios que compõem

o livro, com suas ilustrações e contexto gráfico, ele passa a ser, agora, um exemplo de uso da língua (...), um exemplo de valores e comportamentos. Desse modo, encena uma nova leitura" (BATISTA, 2004, p. 243).

Um mesmo poema de cordel certamente não é o mesmo quando publicado em formato de folheto (GALVÃO, 2001) ou quando impresso em livro. Mesmo quando é publicado em um mesmo suporte, como o livro, ele também não é o mesmo, dependendo do tipo de encadernação da obra, da diagramação, do tipo de ilustração escolhido para compor a edição, do prestígio que tem a editora junto a determinados segmentos, entre outros aspectos. Poderíamos multiplicar os exemplos.

Na seção seguinte, discutiremos as possibilidades de análise do texto, tanto de seu conteúdo quanto de suas estratégias discursivas. Em seguida, abordaremos as perspectivas de análise da materialidade do impresso, considerando os objetos materiais que portam os textos.

O texto

Como analisar textos na perspectiva do leitor visado? Como reconstruir o leitor presumido no tecido textual? Nos trabalhos que vimos desenvolvendo, pelo menos duas possibilidades são possíveis. A primeira é também a mais antiga: centrar-se na análise do conteúdo dos textos. A segunda, menos encontrada nos trabalhos realizados no campo da História da Educação, centra-se na descrição e na problematização das estratégias discursivas utilizadas, principalmente pelo autor, mas também pelo editor e por demandas econômicas e culturais mais amplas, para atender às expectativas do suposto leitor e do gênero em que a obra se inscreve.

Em ambos os casos, a noção de *leitor-modelo*, elaborada por Umberto Eco (1986/1979) na década de 1970 para abordar textos ficcionais, pode ser útil. O leitor-modelo seria o tipo ideal imaginado pelo autor, uma espécie de hipótese que orientaria a produção textual. Para Eco (1986/1979), todo texto possui lacunas, necessariamente preenchidas pelo leitor, de acordo com suas competências e experiências. Nesse sentido, o leitor-modelo é chamado a colaborar no desenvolvimento da "fábula" (p. 95). As competências de que precisa para realizar esse trabalho incluiria, "além da competência linguística,

uma competência variadamente circunstancial, uma capacidade passível de desencadear pressuposições, de reprimir idiossincrasias etc. etc." (1986/1979, p. 38). O leitor-modelo deve ser capaz de se movimentar dentro do texto, "interpretativamente", como o autor se movimentou "gerativamente" (ECO, 1986/1979, p. 37). O que se espera, do ponto de vista da produção, é que o leitor visado seja cooperativo, colaborando com o autor, ao produzir, para o texto que lê, o sentido pensado no momento da produção.

Contudo, por mais que as linhas do desenho desse leitor ultrapassem a própria letra manuscrita, impressa ou digitada, já que arrematadas com os fios puxados das condições de produção e circulação do texto analisado, ainda não se pode concluir sobre seu leitor empírico. O texto procura instituir o leitor idealizado. Porém, os termos do leitor real, suas estratégias, seus signos, permitem-nos apenas imaginá-lo, entrevê-lo[142]. Em síntese, os textos nos falam de seus leitores visados, de seu público alvo. Ao pesquisador, resta a tarefa ainda de compreender (e de se convencer de) que não se pode afirmar categoricamente sobre um leitor que escapa às letras, às linhas, às páginas do texto.

Mas, como o autor (e também o editor) institui a cooperação textual? Para Eco (1986/1979),

> Os meios são muitos: a escolha de uma língua (que exclui obviamente quem não a fala), a escolha de um tipo de enciclopédia (se começo um texto com (...), já reduz, e bastante corporativamente, a imagem do meu Leitor-Modelo), a escolha de um patrimônio lexical e estilístico... Posso fornecer sinais de gênero que selecionam a audiência: [Queridas crianças, era uma vez um país distante...]; posso restringir o campo geográfico: [Amigos, romanos, concidadãos!]. Muitos textos tornam evidente o seu Leitor-Modelo, pressupondo *apertis verbis* (perdoem-me o oxímoro) uma específica competência enciclopédica. (p. 40).

142. Em estudo sobre o circuito de produção, difusão e circulação da cartilha *Ada e Edu*, por exemplo, Cardoso (2011), por meio de entrevistas com professoras, evidenciou usos previstos e não previstos pelos autores e editores do impresso. Trabalho semelhante foi realizado por Galvão (2001) e Melo (2013).

> Eis, pois, a razão por que alguns são capazes de reconhecer a violação de regras comuns, outros logram prever mais facilmente como uma história terminará, ao passo que outros, que não dispõem de suficientes encenações, estão sujeitos a ter prazer ou a sofrer com surpresas golpes teatrais, soluções que o leitor sofisticado julga, ao invés, bastante banais (ECO, 1979/1986, p. 66).

É importante destacar, ainda, que, se por um lado, o autor pressupõe a competência do leitor-modelo, por outro, também a institui: "Portanto, prever o próprio Leitor-Modelo não significa somente 'esperar' que exista, mas significa também mover o texto de modo a construí-lo." (ECO, 1986/1979, p.40). Nesse sentido, podemos compreender o leitor-modelo como "um conjunto *de condições de êxito*, textualmente estabelecidas, que devem ser satisfeitas para que um texto seja plenamente atualizado no seu conteúdo potencial" (ECO, 1986/1979, p. 45, destaques no original).

Segundo Eco (1986/1979), os textos apresentam um conjunto de artifícios de expressão que devem ser atualizados pelo destinatário. Nesse sentido, encontramos incompletude nos textos, pois o destinatário, o qual não é necessariamente o leitor empírico, dotado de uma competência gramatical, participa da sua construção, estabelecendo-se aí uma relação de cooperação. É como se os textos trouxessem espaços em branco a serem preenchidos pelo leitor, que são previstos pelo produtor do texto.

"Mecanismo preguiçoso", nas palavras de Eco (1986/1979, p. 37), os textos vivem, nessa direção, também dos sentidos atribuídos a eles pelos leitores. Para que o texto funcione, é necessário que existam leitores que o ajudem em sua tarefa, por meio da interpretação. Mesmo que o destinatário de um texto não seja considerado de uma maneira concreta, tal como ele realmente é empiricamente, o leitor imaginado para ele apresenta-se como "condição indispensável" a fim de que a comunicação aconteça; o destinatário de um texto é fundamental para a sua "própria potencialidade significativa".

Evidentemente, a noção de leitor-modelo – ou, mais acertadamente, a inspiração que dela advém –, por ter sido elaborada para obras literárias, não esgota, mas auxilia no processo de (re)construção daquele que estamos denominando de leitor visado pelos autores/editores. Mas, como fazer isso

nas pesquisas? Considerando apenas a dimensão do texto tratada neste tópico, pelo menos dois caminhos nos têm parecido profícuos: a análise do conteúdo e a análise das estratégias discursivas postas em ação na elaboração dos diferentes textos.

O CONTEÚDO

A dimensão mais trabalhada nos estudos sobre impressos tem sido a exploração de como certos temas são tratados em determinados textos[143]. Possivelmente, a maioria dos leitores deste capítulo tem familiaridade com pesquisas que investigam objetos como "a mulher na imprensa feminina", "o negro no livro didático", "a criança nos livros de literatura infantil", "a moralidade em jornais católicos", "o índio no cordel". De modo geral, esses trabalhos localizam, nos impressos analisados, em que momentos e de que forma esses temas aparecem.

Mas, como trabalhar de maneira rigorosa o conteúdo dos textos, sem realizar simplificações? É preciso, mesmo quando se faz um trabalho de categorização temática, ter em vista que esse é apenas um momento de um processo mais amplo. Podemos citar, por exemplo, a pesquisa que temos realizado atualmente, sobre o processo de produção sócio-histórica das noções de analfabeto e de analfabetismo no Brasil[144], sobretudo na imprensa oitocentista. Um primeiro movimento da pesquisa foi o de analisar quais os sentidos atribuídos às referidas palavras nos jornais de diversas províncias, procedendo-se a um inventário minucioso de todas as ocorrências dos termos e, em seguida, agrupando-as por semelhança e por diferença - para estabelecer padrões de regularidade[145] -, identificando os sujeitos emissores das expressões; os sujeitos/objetos a quem eram dirigidas; os contextos de

143. Embora nem sempre os autores dos trabalhos explicitem, o processo de categorização muitas vezes usado baseia-se na Análise de Conteúdo, compreendida como "um conjunto de técnicas de análise das comunicações" (BARDIN, 1977, p.31). A Análise de Conteúdo pode subsidiar tanto análises qualitativas quanto quantitativas das mensagens.

144. Ver, por exemplo, Galvão e Chagas (2017). A fase atual da pesquisa conta com a colaboração de Rodrigo Lessa Alvarenga.

145. Esse procedimento tem nos permitido identificar, por exemplo, de que modo e em que direção os significados atribuídos aos termos se transformam e em que momento se estabilizam.

enunciação (que incluem a situação concreta em que as palavras foram utilizadas, mas também aspectos como a linha editorial do jornal); as relações entre os significados encontrados nos jornais e aqueles constantes em outras fontes do mesmo período, como dicionários, relatórios ministeriais, obras de literatura; a relação entre os significados encontrados e a discussão sobre temas mais amplos que eram recorrentes na época - o que exige um amplo domínio dos trabalhos já realizados sobre o tema e o mergulho em outras fontes que sejam pertinentes ao objeto.

Podemos citar, ainda, o trabalho que realizamos sobre os leitores visados do *Boletim Vida Escolar* (GALVÃO, JINZENJI, 2011), impresso que circulou em Lavras (Minas Gerais) no início do século XX. Nele, analisamos todos os momentos em que o editor se dirigia explicitamente ao leitor, nomeando-o. Fizemos, então, um inventário dessas nomeações, buscando interpretá-las à luz de dados, por exemplo, sobre a cultura escrita na cidade e sobre o perfil de sua população - ocupações predominantes, taxas de alfabetização, número de escolas, presença de tipografias, publicação de periódicos. Levantamos, ainda, quantitativamente, todas as temáticas abordadas no *Boletim*, identificando o espaço ocupado por cada uma delas em relação à quantidade total de páginas do número. Nesse trabalho, analisamos tanto o conteúdo quanto o lugar/relevância por ele ocupado no impresso, cruzando esses dados com informações mais amplas sobre os múltiplos contextos em que se inscreviam. O que queremos ressaltar é que somente a análise de conteúdo não é suficiente quando entendemos os seus limites. Esses procedimentos foram necessários para que tivéssemos uma dimensão mais precisa da importância atribuída, pelo editor, a certos tipos de leitor e a determinados temas. Desse modo, as análises nos permitiram compreender, minimamente, quem era o leitor visado pelo editor Firmino Costa.

De modo semelhante, na investigação sobre os leitores da revista *Grande Hotel* (MELO, 2013), entre 1947 e 1961, a exploração das fontes evidenciou que o impresso se modificava em direção à instituição de seu leitor visado, tornando-se, assim, cada vez mais, uma revista feminina. A fim de apreender, de maneira sistemática e rigorosa, essa mudança no impresso, foram identificados e contabilizados os momentos em que mulheres (e também

homens) foram representadas(os) nas páginas da revista por meio de fotos, desenhos. Analisaram-se essas informações à luz de outros trabalhos sobre revistas destinadas às mulheres no Brasil; a respeito da *presse du coeur* e de impressos franco-italianos que serviram de protótipos para a produção de *Grande Hotel* no País, os quais também foram consultados durante a pesquisa. Com esses procedimentos, foi possível delinear o perfil da leitora esperada pelos editores da revista e compreender como esse perfil relacionava-se com a feminilidade elaborada e difundida na época pela imprensa feminina e pelo cinema, sobretudo, hollywoodiano.

No entanto, se esses procedimentos são necessários, são, também, insuficientes. É preciso compreender, antes de tudo, que somente faz sentido reconstruir o leitor visado no quadro de uma problematização mais ampla do objeto de pesquisa trabalhado em cada estudo. O levantamento dos temas contidos nos impressos ou a reconstrução dos modos como os autores/editores se dirigem ao leitor devem ser compreendidos como etapas importantes para dar inteligibilidade a processos históricos mais gerais. Por que investigar os sentidos atribuídos aos termos analfabeto e analfabetismo no século XIX? Para se compreender melhor o processo - não natural e resultante de disputas - que, historicamente, atribui um lugar cada vez mais importante à cultura escrita na construção de um projeto de nação "civilizada"? Para analisar como se produzem, historicamente, preconceitos? Com qual objetivo se delineia o perfil de uma leitora visada de um impresso feminino entre os anos 1940 e 1960? Para compreender de que modo, nesse período, a imprensa buscava construir "a" mulher e "educá-la"? A fim de apreender, em uma perspectiva histórica, como se constroem certas representações que, em luta com outras, procuram se legitimar e instituir realidades, modos de pensar, ser, agir e estar no mundo?

É também imprescindível a compreensão de que o modo como os temas são tratados nos impressos estão inscritos no tempo/espaço em que foram produzidos. Somente assim eles podem ser compreendidos sem anacronismos e em uma perspectiva de média e longa durações. Para isso, é imprescindível que o pesquisador conheça outros trabalhos já realizados sobre o período estudado para, no mínimo, fazer perguntas pertinentes às

fontes e elaborar categorias adequadas[146] ao seu objeto de estudo. Esse domínio sobre a "pluralidade dos contextos" (REVEL, 1998) que são constitutivos - constituem e são constituídos por - do fenômeno analisado também é fundamental para que seja possível a realização de interpretações apropriadas e rigorosas. É necessário também analisar outras fontes além do próprio impresso: retomando os exemplos acima, esse modo de ver a mulher é específico das revistas femininas analisadas ou circula em outras esferas do discurso[147]? Os significados atribuídos ao termo analfabeto em determinado período são estáveis ou oscilam, dependendo, por exemplo, do sujeito a quem se dirigem? São os mesmos conferidos pelos dicionários da época? Qual o significado de produzir determinada representação[148] de mulher, de negro ou de índio em um determinado tipo de impresso que, por sua vez, se inscreve em uma temporalidade específica?

Nesse processo, temos, a cada pesquisa, buscado construir instrumentos para organizar e sistematizar a análise, como quadros, tabelas, gráficos, bancos de dados e *softwares* de análise quantitativa e qualitativa.

Esses procedimentos são imprescindíveis para não cair em certas armadilhas muito comuns encontradas em estudos como os referidos no primeiro parágrafo deste tópico. Naquele tipo de abordagem, os modos pelos quais a enciclopédia do leitor é suposta, acionada e, ao mesmo tempo, instituída, são ignorados. Como o autor consegue convencer o leitor de que aquilo que está dizendo é verossímil? Que argumentos utiliza nesse trabalho de persuasão? A que vocabulário e sintaxe recorre? Que associações realiza para, sutilmente, fazer o leitor também criar imagens acerca da mulher, do negro, da criança, da moral, do índio, que, de preferência, coincidam com as suas próprias? Que marcas tipográficas – usos de negrito, itálico, tipos e tamanhos de letras, cores – são escolhidas para produzir determinados sentidos? Que efeitos de verdade (FOUCAULT, 2008/1969) se pretendia produzir? Em quem? Por quem? Para quê? Ao não trabalhar com o pressuposto de que o

146. Bardin (1977) enfatiza três critérios para a produção de "boas categorias": homogeneidade, exaustividade e pertinência.
147. Compreendemos esferas do discurso com base em Bakthin (2003/1979).
148. Estamos utilizando a expressão "representação" de modo semelhante ao que encontramos nesse tipo de trabalho e não no sentido que lhe confere Chartier (1990).

texto funciona em um circuito externo a ele e em um plano discursivo que modifica seus sentidos ou o posiciona em relações de poder, também são ignorados elementos mais amplos relativos ao "circuito das comunicações" (DARNTON, 1990): quem[149] é o autor (pessoal ou institucional) da obra analisada? Qual o lugar da tipografia/editora/gráfica que publicou naquele momento histórico? Onde o impresso circulou? Há indicações de usos?[150]

Implicitamente, com frequência, esses estudos que consideram apenas o conteúdo também pressupõem que há uma associação direta entre o que o leitor lê e sua suposta "mentalidade". Muitas vezes, fazem interpretações anacrônicas a respeito da presença de certos temas, denominando os autores dos textos de "racistas", "machistas", "preconceituosos". Esse pressuposto foi recorrentemente criticado pelos historiadores culturais (CHARTIER, 1990), principalmente em relação aos primeiros trabalhos sobre a *bibliothèque bleue*, como o de Mandrou (1985/1964), que supunha que, se os livros que pertenciam à coleção apresentavam determinadas representações de "fé e piedade" é porque seus leitores também compartilhavam essas mesmas representações.

Diante dessas discussões, parece-nos imprescindível compreender, também na análise do texto, as estratégias discursivas postas em ação pelos autores/editores das obras para instituir um determinado tipo de leitor.

AS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS

O que estamos chamando de estratégias discursivas? Trata-se de um conjunto de artifícios linguísticos que, explorados, arranjados, ordenados, por meio do jogo com as palavras, buscam persuadir o leitor, convencê-lo a ser colaborativo na construção do sentido para o texto que lê, seguindo, no trabalho interpretativo, os caminhos traçados, na produção textual, para a sua

149. Esse "quem" não se refere ao sujeito individual, mas ao seu "lugar de produção" – o que ele representa (qual o lugar de autoridade e legitimidade que ocupa) em um determinado campo (utilizamos a expressão no sentido de BOURDIEU, 1983, 1989) e a que redes de sociabilidades está vinculado.

150. Evidentemente, quando o impresso é tomado apenas como fonte de pesquisa, o escopo dessas perguntas diminui, mas o pesquisador nunca deve perdê-las de vista, sob o risco de fazer papel de ingênuo (LE GOFF, 1994/1978).

compreensão[151]. Quem produz os textos, ao se valer desses artifícios, tem como objetivo convencer o leitor a construir, na leitura, o mesmo sentido desejado na geração textual. Para tanto, o autor pode, conscientemente, controlar seu estilo de escrita, ou escolhê-lo convenientemente a depender do leitor que presume para seus textos. De acordo com a estilística textual, vai também optando pelo lugar das palavras na frase – mais ao início dos períodos, mais ao final; no meio deles –, pelo uso de referências somente compreensíveis quando vinculadas à enunciação – os dêiticos[152] –, pela utilização, em maior ou em menor grau, de certos sinais de pontuação, como a vírgula[153].

Ao fazer essas escolhas, o autor (muitas vezes com a intervenção do editor) institui o próprio conteúdo e não apenas o expressa. Desse modo, não estamos aqui dissociando forma (estratégia discursiva) e conteúdo (o que é literalmente escrito). Estamos salientando que as discussões realizadas pela Análise do Discurso e pela própria História Cultural podem auxiliar o pesquisador a tornar a análise do "conteúdo manifesto da linguagem" (BARDIN, 1977) mais sistemática e explícita, evitando, mais uma vez que, seduzido pelo fetiche do documento, ignore que as palavras, seus arranjos, as construções frasais, o estilo de escrita são atravessados por intencionalidades do autor, por relações de poder, cujo objetivo é persuadir, convencer, fabricar efeitos de verdade (FOUCAULT, 2008/1969), tendo em vista o espaço de recepção que imagina para seu texto em determinado período e em determinadas condições de produção. Chartier (BOURDIEU, CHARTIER, 1996, p. 251) afirma que os "procedimentos de colocar em texto" [*mise en texte*] "são constituídos pelo conjunto dos procedimentos retóricos, dos comandos que são dados ao leitor, dos meios pelos quais o texto é construído, dos elementos que devem conduzir à convicção ou ao prazer." Para ele, trata-se de um procedimento que remete à análise e à pragmática dos textos, das formas retóricas e do estudo literário.

Os mecanismos retóricos podem ser apreendidos na grande estrutura do texto e em cada elemento textual, desde uma letra-palavra, passando

151. Ver, entre outros, Charaudeau (2008).
152. Ver Mainguenau (2008, p.147-148).
153. Em muitos casos, a vírgula tem normatizado seu uso facultativo segundo a Gramática da Língua Portuguesa, sendo uma opção do autor usá-la ou não.

pelas orações, até chegar aos sinais de pontuação; da marcação do parágrafo conforme determinada normatização à sua elaboração e distribuição na página, entre margens, pode ser investigada como uma estratégia discursiva, pois o material linguístico do texto não existe apenas no plano do conteúdo, do assunto e dos temas ali tratados, codificados. No papel, a letra é mais. Em última instância, toda essa análise tem que ir além do próprio texto. Ela o extrapola e se conecta, do ponto de vista de sua elaboração, às suas condições de produção, recepção e circulação.

Assim como na perspectiva da História Cultural, para a Análise do Discurso o texto deve ser tomado não somente pelo seu enunciado, por sua interpretação pura, quanto ao assunto tratado, às temáticas abordadas sequencialmente, mas também pela enunciação. Analisar as estratégias discursivas envolvidas na produção textual, visando ao traçado de seus leitores, significa, portanto, investigar as situações (comunicativas, históricas, sociais, culturais) que envolvem sua escrita e sua (possível) leitura. Do ponto de vista da produção, além de se indagar sobre o que trata o texto, vale também perguntar sobre seu autor (quem o escreve?); a respeito dos objetivos e das intencionalidades que a motivam (por que escreve?); sobre as finalidades do texto (para que escreve?); seu leitor visado (para quem escreve?); como é escrito (de que modo a linguagem é utilizada? É formal? Informal? Que gênero textual é produzido?); onde é produzido (em que lugar? Em que espaços? Em quais editoras?); quando (em que período?); que intervenções editoriais foram realizadas no próprio texto?; com que intencionalidades?

As estratégias discursivas que delineiam o leitor presumido do texto vão assim constituindo sua linguagem. Manifestam-se na opção pelo uso de termos e construções frasais mais comuns na oralidade (ou não); nas "vozes" mobilizadas na tessitura textual, nas referências aos discursos de autoridade, em sua polifonia; nos dêiticos. No plano verbal e não-verbal, o delineamento do leitor visado deve ser pensado, a depender das condições técnicas das editoras de cada época, na perspectiva da escolha das imagens, das fotografias, dos desenhos; na elaboração das ilustrações; na utilização de cores[154]. Na análise de impressos e dos textos que os suportes carregam,

154. A Semiótica é um campo de estudos fértil para a realização desse tipo de análise. No entanto, não nos aprofundaremos nessa perspectiva teórica no espaço deste texto. Ver, entre outros, Peirce (1972).

focalizando seus leitores, o estudioso precisa se perguntar como os signos ali se inscrevem; que associação de ideias, símbolos, objetos mobilizam; com qual objetivo, de que maneira procuram constituir, instituir (impor?) um leitor colaborativo. Cada signo que se inscreve na página busca causar certos efeitos de sentido, os quais não devem escapar aos olhos investigativos do pesquisador que toma o texto, o impresso, como fonte, como objeto de análise.

Algumas dessas perguntas têm norteado a crítica documental realizada no campo da História desde a sua constituição como disciplina. Procedimento indispensável nos estudos históricos, também inclui a problematização das condições de produção das fontes exploradas na pesquisa. Para Cellard (1997), a interpretação do documento deve incluir, necessariamente, uma discussão sobre seu autor/autores[155]; a verificação da autenticidade e confiabilidade do texto; a análise da natureza do texto; a identificação dos conceitos-chave e da lógica interna do texto. Trata-se do momento em que o pesquisador interroga os documentos sobre informações que não se encontram explicitamente neles. Quem os produziu? Como? Por que e para quê? Para quem? Onde? Quando? Na expressão de Le Goff (1990), trata-se de "monumentalizar o documento", ou seja, analisar as suas condições de produção.

De maneira análoga, quando o pesquisador, na etapa da crítica documental, pergunta-se (ou deveria sempre se perguntar) *como* o texto – no qual busca informações que o ajudarão nas respostas para as suas questões de pesquisa – foi construído, ele precisa produzir dados que permitam elaborar hipóteses sobre as condições de sua produção e sobre os efeitos que pode provocar no suposto leitor.

A análise das estruturas textuais é, na verdade, um dos procedimentos centrais que caracterizam as produções da História Cultural sobre impressos populares. Chartier (2003/1987, p. 270) afirma que, de modo geral, nos

155. Quando, na História, o estudioso se indaga sobre a autoria de um documento, ele pretende saber mais do que o nome de quem o produziu. Perguntar-se sobre o autor de um documento significa investigar, minimamente, sua trajetória, a quais redes de relações (de força e poder) ele se liga (ou às quais está submetido), que intencionalidades o teriam movido em direção à produção do documento em análise, quais seriam suas finalidades. Nesse trabalho investigativo, o pesquisador parte de sua fonte, do nome do autor do documento, na direção externa ao texto.

livros da *bibliothèque bleue*, por exemplo, havia preferência por "romances ou contos, que obedeçam a certas estruturas narrativas, ao mesmo tempo descontínuas e repetitivas, que justapõem os fragmentos, usam várias vezes os mesmos motivos, ignoram as intrigas prolixas que exijam uma memorização exata dos acontecimentos e dos personagens". Desse modo, para o autor, mais do que os próprios assuntos, "é certamente o parentesco das estruturas textuais que explica as escolhas dos impressores troyenses onde está implicitamente contida a ideia que eles fazem das competências culturais de seu público" (CHARTIER, 2003/1987, p. 270). Para realizarem essas adaptações, os editores fazem intervenções de três ordens: remodelam "a própria apresentação do texto, multiplicando os capítulos, mesmo que essa divisão não tenha nenhuma necessidade narrativa ou lógica, e aumentando o número de parágrafos – o que torna menos densa a distribuição do texto sobre a página." (p. 271). A segunda intervenção consiste em uma estratégia de redução e de simplificação, abreviando certos episódios, suprimindo trechos considerados supérfluos ("sobretudo descrições das propriedades sociais ou estados psicológicos de personagens"), "tidos como inúteis para o desenvolvimento da ação" (p. 272). Além disso, modernizam "fórmulas envelhecidas ou difíceis" e compactam frases, "depuradas de suas orações relativas ou incisas, a supressão de numerosos adjetivos ou advérbios" (CHARTIER, 2003/1987, p. 272). A terceira intervenção consiste em "censurar rigorosamente todas as referências, paródicas ou não, à religião e de depurar a narrativa de tudo aquilo que aparece como blasfematório." (CHARTIER, 2003/1987, p. 273). Com esses procedimentos, os editores buscavam atender às expectativas e, ao mesmo tempo, instituir um certo tipo de leitor. A análise dessas alterações na linguagem e na forma como foram feitas, somente pode ser realizada quando textos e impressos da mesma natureza são comparados exaustivamente com outras versões deles mesmos ou com textos/publicações que lhes serviram de inspiração. Desse modo, pode-se constatar supressões e acréscimos, assim como a mudança de linguagem em variadas edições.

Nessa direção, a análise dos textos de folhetos de cordel que realizamos em outro trabalho (GALVÃO, 2001) foi feita a partir de alguns elementos, como o "caminho narrativo" utilizado pelo autor em cada um dos poemas.

Analisamos como, na estruturação do texto, o poeta gerava expectativas no leitor/ouvinte, previa antecipações, retomava alguns elementos (e outros não) ao longo das estrofes. Analisamos, ainda, as marcas de oralidade presentes nos poemas, por meio de indicadores como a utilização de um dialeto regional oral, a presença dos diálogos/dos discursos diretos, a construção de uma proximidade com o interlocutor/leitor por meio de vocativos, o papel das adjetivações sobretudo para construir a relação entre o bem e o mal, a presença do elemento mítico-religioso. Analisamos, por fim, a "enciclopédia do leitor": o poeta recorria, por exemplo, a personagens literários, a figuras públicas, a nomes de cidades/países, a expressões em língua estrangeira supostamente conhecidas do leitor/ouvinte? Nesse último aspecto, buscamos também levantar hipóteses acerca do tipo de raciocínio ou operação exigidos do público para que ele pudesse fazer uma leitura fluente, sem maiores dificuldades (foram consideradas, nesse caso, sobretudo, as antecipações e as inferências). Nesse processo, também realizamos uma análise comparativa entre a narrativa construída pelo poeta em um folheto específico (que narrava um crime que havia ocorrido no Recife) e as notícias veiculadas em um jornal que relatavam o mesmo episódio. A comparação nos permitiu compreender, por contraste, as especificidades do texto do cordel. Esses procedimentos nos permitiram delinear quem era o leitor visado pelo poeta, que aspectos ele julgava mais importantes para que certos efeitos de sentido fossem produzidos a partir da leitura/audição do texto, que tipo de narrativa parecia melhor sucedida tendo em vista o mercado editorial de folhetos do período.

Em trabalho sobre o poema Plutão, Batista (2012) analisou os "procedimentos retórico-discursivos" utilizados por Olavo Bilac para fazer o suposto leitor integrar-se ao que o pesquisador denominou de "comunidade dos infelizes", que caracterizaria a produção didática canônica das primeiras décadas republicanas. Para isso, analisou o esquema narrativo do poema, observando aspectos como os usos de diferentes tempos verbais e a adjetivação de personagens, para compreender a mobilização, por Bilac, de possíveis expectativas prévias do leitor para, ao longo do poema, reorientá-las.

Em trabalho já citado (GALVÃO, JINZENJI, 2011), também analisamos, no caso do *Vida Escolar*, como eram organizados os editoriais do boletim e que tipo de efeitos essa organização poderia provocar no leitor. Os últimos parágrafos da maioria dos textos, por exemplo, eram dedicados a sugestões práticas para que as mudanças sugeridas se concretizassem, convocando, desse modo, o leitor para ser co-artífice da obra de renovação que o editor propugnava. Nesse processo de convencimento do leitor, Firmino Costa utilizava, na maior parte dos editoriais, a primeira pessoa do plural ao longo do texto, em uma estratégia discursiva que busca tornar o leitor um aliado da sua causa. O uso de diferentes pessoas do discurso e os efeitos de sentido que as diferentes opções provocam no leitor é, assim, outro elemento que pode ser analisado nos textos.

Em trabalho sobre o jornal *O mentor das brasileiras*, que circulou em Minas Gerais na primeira metade do século XIX, Jinzenji (2010) também analisou a presença de citações e da transcrição de matérias de outros jornais do período, ao longo das edições, no periódico. De modo geral, a presença de citações e de transcrições pode ser analisada sob, pelo menos, dois aspectos. Em primeiro lugar, pode significar, por parte do autor/editor, o desejo de mostrar erudição e, com esse procedimento, convencer o leitor de que a opinião dele é merecedora de crédito. Pode, também, ser indício de que, no período, era necessário o reaproveitamento de notícias para preencher todas as páginas do periódico.

Na análise das estratégias discursivas, o pesquisador também pode analisar de que modo a escolha das palavras pode "acrescentar" efeitos de sentido ao texto. Mariza Silva (1998), em trabalho sobre a história da alfabetização no Brasil, tendo como fundamento teórico-metodológico a Análise do Discurso, analisou a presença/ausência das palavras "até" e "nem" em verbetes sobre analfabeto em diferentes edições de um mesmo dicionário – o de Antonio de Moraes Silva. Entre a segunda e a quinta edições (1813 a 1878) do dicionário, analfabeto é definido como "o ignorante *até* das Lettras do A, B, C" (grifo nosso). Na oitava edição da obra (1890), é definido, por sua vez, como "o idiota, ignorante de lettras, que não sabe *nem* o a, b, c." (grifo nosso). Para a autora, essas duas definições, "além de só admitirem a categoria de substantivo, associada a um conceito, a um significado e a um

funcionamento morfossintáticos distintos, traziam duas palavras ardilosas: **até** e **nem**, que convocam a **exterioridade** e a **alteridade** para o interior do enunciado (...)" (p. 27, grifos no original).

Na pesquisa sobre a produção sócio-histórica das noções de analfabeto e de analfabetismo, temos analisado também o léxico a elas associado, identificando, minuciosamente, que outras palavras/expressões eram mobilizadas quando essas noções eram enunciadas, para se referirem ao mesmo sujeito[156] ou ao mesmo fenômeno – por semelhança ou por oposição. Se encontramos frequentemente as palavras "baderna" e "desordem" associadas a "analfabeto", identificamos, por seu turno, que "ordem" também se encontra a ela vinculada, mas por antinomínia. Pudemos analisar, assim, de que modo o autor/editor da matéria do jornal, ao mobilizar pares de expressões, quase sempre dicotômicas, para qualificar o sujeito (analfabeto) ou o fenômeno (o analfabetismo), busca produzir certos efeitos de verdade no leitor, dando-lhe opções limitadas para ultrapassar a lógica do "isso" ou "aquilo". Essa repetição de um mesmo modo discursivo de atribuir significados aos termos certamente teve, em média e longa durações, um papel decisivo para estabilizar sentidos e fixar realidades[157].

As imagens também podem ser analisadas na perspectiva das estratégias discursivas. Na análise, devem ser consideradas, além da temática de que tratam, a sua disposição na página, as escolhas de cores e como contribuem para a produção de determinados sentidos. Nesse caso, como salientado anteriormente, os trabalhos da Semiótica podem oferecer um aporte importante na análise de signos, sinais, símbolos, associações de ideias que não se reduzem ao texto escrito, ou seja, apenas ao material linguístico, verbal. No estudo sobre fotonovelas que realizamos (MELO, 2013), analisamos essas associações também nas imagens[158] veiculadas na revista *Grande Hotel*. Nos

156. A noção de sujeito é central na Análise do Discurso. Não se trata, mais uma vez, do indivíduo, que teria consciência daquilo que diz, mas se refere ao "estatuto", ao "lugar", à "posição de sujeito" na enunciação (CHARAUDEAU, 2008, p. 457).

157. Nosso trabalho tem sido bastante influenciado pelas análises realizadas por Albuquerque Júnior (1999), quando analisa, baseado em Foucault, o processo histórico de invenção do Nordeste.

158. Apoiando-se na Semiótica, o pesquisador pode viabilizar o estudo de todos os elementos (linguísticos ou não) que podem ajudar na construção do significado na comunicação: signos, sinais, símbolos; relações construídas por alegoria, metáfora, metonímia, analogia,

números publicados do início de sua circulação no Brasil, em 1947, até 1961, as imagens das mulheres – em especial, em desenhos e em fotos de anúncios – apareciam associadas a outras imagens, como bebês, eletrodomésticos, produtos de beleza, higiene, limpeza, roupas. O signo, assim elaborado, operaria, na construção do sentido pelos leitores da revista, no processo de comunicação, ligando o símbolo "mulher" a esses objetos. Do mesmo modo, nas narrativas de amor (folhetins, histórias vividas, fotodesenhos, fotonovelas), a figura da mulher aparece, quase sempre, associada à imagem do marido, do namorado, em uma relação de vassalagem, submissão, obediência; ou em uma posição para agradar ao homem amado e/ou para dele receber proteção, ajuda. Na análise desse signo, que integra material linguístico e também outros aspectos (não-linguísticos), verifica-se essa associação, percebida, por exemplo, pela posição do corpo da mulher em relação ao corpo do homem, pela posição dos olhos dela em relação a ele.

A imagem, em muitos casos, pode, ao lado do texto, ser o principal elemento para instituir determinado efeito de sentido. O trabalho de Barbosa (2019), por exemplo, mostra, por meio da análise de diferentes edições de cinco obras consideradas clássicas de poesia infantil, ao longo de mais de 60 anos, que o papel dos ilustradores foi "essencial para a manutenção e sobrevivência do texto dos autores" (BARBOSA, 2019, p. 238), transformando-o, inaugurando novos modos de senti-lo. Para a autora, a presença cada vez maior de ilustrações nos livros de literatura infantil pode ser considerada, até mesmo, um marco no processo de consolidação do campo que, "ao longo das diferentes intervenções tecnológicas e artísticas ganhou força e passou a não só dialogar com o texto verbal, como também trazer novos elementos para a construção de sentidos" (p. 50). No trabalho de Nascimento (2017), por sua vez, fica evidente o papel das imagens para que o aluno da escola primária do final do século XIX e primeiras décadas do XX, principalmente os que ainda não liam com fluência, conferissem sentido ao texto. Segundo o autor, "De acordo com o texto de apresentação do livro,

semelhança; por palavras (material linguístico); por figuras (material não-linguístico) ligadas a conceitos; por associação de ideias. Se consideramos, por exemplo, uma imagem como símbolo, ele, como um signo, pode se referir a um objeto, por causa de uma associação de ideias gerais. Tal signo funcionaria na construção do sentido, fazendo com que o símbolo seja interpretado como se referindo àquele objeto (PEIRCE, 1972).

a proposta de Felisberto de Carvalho busca o 'efficaz auxilio do desenho' para que o 'alumno comprehendesse bem o assumpto de que se ia ocupar." Essa preocupação que, segundo o autor, não foi encontrada em nenhum silabário ou primeiro livro de leitura publicado em língua portuguesa, pode ter direcionado o projeto gráfico de sua série, que buscou utilizar muitas ilustrações com o objetivo de antecipar (dando uma prévia) elementos do texto escrito" (NASCIMENTO, 2017).

Entretanto, o leitor visado é instituído não apenas pelos textos (verbal ou imagético): para se reconstruir seu leitor presumido, é indispensável conhecer, em profundidade, o impresso em que se encontra, sua materialidade, sua produção no espaço e no tempo, seus componentes, seus editores, seus ilustradores, seu projeto gráfico, ou seja, a inscrição da letra no suporte em determinadas condições de produção.

A ANÁLISE DO IMPRESSO

A materialidade do texto também é constitutiva das maneiras de ler e da construção de sentidos pelo leitor. Compreendendo-a como uma "realidade física" por meio da qual os discursos existem e se manifestam, operar com essa noção é fundamental na análise de impressos, tendo em vista seu leitor esperado. Chartier (1994, p.8), ao refletir sobre os sentidos da "ordem dos livros", afirma que "manuscritos ou impressos, os livros são objetos cujas formas comandam, se não a imposição de um sentido ao texto que carregam, ao menos os usos de que podem ser investidos e as apropriações às quais são suscetíveis".

Tão relevante quanto analisar o conteúdo veiculado por um impresso é, portanto, analisar de que maneira esse conteúdo nele se inscreve, assim como se debruçar sobre seus "dispositivos técnicos, visuais e físicos" que procuram organizar a leitura do escrito, no momento de sua recepção, em determinado tempo e espaço. Do mesmo modo, considerando na análise o enunciado, a enunciação, vale ainda ressaltar que, segundo Chartier (1994, p. 8), "compreender os princípios que governam 'a ordem do discurso' pressupõe decifrar, com todo o rigor, aqueles outros que fundamentam os processos de produção, de comunicação e de recepção dos livros (e de outros objetos

que veiculem o escrito)." Assim, o estudo do impresso configura-se como um pré-requisito para o delineamento do perfil dos leitores pensados por seus produtores. Para o autor (CHARTIER, BOURDIEU, 1996), é preciso analisar os procedimentos de "colocar em livro" [*mise en livre*], "que podem apropriar-se diferentemente do mesmo texto." Esses procedimentos "variam historicamente e também em função de projetos editoriais que visam usos ou leituras diferentes". Essa análise, segundo o autor, "remete para um saber mais técnico, o da história do livro, da bibliografia material, da história da tipografia" (p. 251).

O impresso só se torna impresso dentro de um circuito (DARNTON, 1990) e das relações que se estabelecem nesse circuito entre seus diferentes agentes: autores, editores, impressores, expedidores, livreiros, leitores. Mesmo que a pesquisa enfoque um único elemento do circuito, como referido, não se pode ignorar que os aspectos que o compõem também o constituem e devem ser considerados, ao menos de modo geral, na investigação, na medida em que um impresso é sempre resultado da ação de vários atores.

Com o *corpus* do estudo definido, o trabalho, portanto, deve se voltar para os componentes do impresso, os indicadores que possam evidenciar a quem se destinava e também as condições materiais e técnicas mobilizadas na sua produção, que constroem um tipo de recepção/apropriação, quais sejam: o tamanho da publicação, seu número de páginas, o tipo de papel utilizado em sua confecção, as escolhas tipográficas (o tipo, tamanho e cor da letra, o uso de itálicos, negritos e sublinhados, traços), a organização e a distribuição dos textos ao longo do impresso (o *mise en page*), os protocolos de leitura da capa à quarta capa, as imagens, os anúncios. Quando possível, deve-se, ao lado de uma minuciosa descrição dos aspectos materiais do impresso, analisar também alguns dados de suas condições de produção (recursos técnicos e gráficos disponíveis, juntamente com as decisões editoriais), distribuição (preços e locais de venda, por exemplo), tiragem e indicações de usos.

Daremos, aqui, alguns exemplos, de como esses elementos podem auxiliar o pesquisador a se aproximar dos leitores visados pelos diferentes agentes que fabricaram o impresso. A descrição desses aspectos, portanto, deve ser posta à serviço da problematização mais geral da pesquisa. Caso

contrário, indicar as dimensões do impresso ou o número de páginas que contém, por exemplo, se tornarão mera curiosidade.

O papel utilizado no impresso, por exemplo, certamente nos dá indícios do perfil dos leitores e dos usos a que se destina. Um papel de baixa gramatura pode significar, como mostram pesquisas sobre impressos de larga circulação (CHARTIER, LÜSEBRINK, 1996), baixos custos de edição e, portanto, maiores possibilidades de sua aquisição pelas camadas populares.

O modo como o papel é utilizado também pode ser indicativo do tipo de leitor e de supostos usos. Para a produção de impressos populares, havia a preocupação com a racionalização do aproveitamento do papel, que podia ser dobrado diversas vezes, resultando em um formato de pequenas dimensões. O *folio*, folha inteira que tem aproximadamente o tamanho de 22cm x 32cm, poderia ser dobrado duas vezes (*in-quarto*), o que resultava em um livreto que media 16cm x 22cm ou - opção mais barata - em quatro vezes (*in-octavo*), que se transformava em um impresso medindo 11cm x 16cm. Os cadernos eram posteriormente costurados. O tamanho do impresso também pode dizer respeito aos seus usos e à sua portabilidade, como mostra Pereira (2019) em relação às "folhinhas de algibeira" que circularam no Brasil no século XIX. De pequeno formato, deveriam ser transportadas junto ao corpo e, consequentemente, poderiam ser consultadas a qualquer momento, o que reforça a hipótese da autora de que serviam de guias de conduta para determinado público. Por sua vez, impressos de maiores dimensões e produzidos *in-folio*, como também mostra a autora, em relação à Folhinha Mariana e a outros impressos encontrados em diferentes países, indicavam que deveriam ser afixados na parede. Não se trata, portanto, de medir o impresso para apresentar a sua materialidade, mas de buscar compreender de que modo as suas dimensões podem nos aproximar dos leitores e dos possíveis usos que dele faziam, na medida em que pressupõe-se que também o formato - mesmo quando se trata de um mesmo texto - contribui para instituir um certo tipo de leitor e de usos.

O número de páginas do impresso também pode nos aproximar dos leitores visados pelos agentes que o fabricaram. No caso da literatura de cordel brasileira, esse elemento estava vinculado ao próprio subgênero: se tivesse de

32 a 64 páginas, tratava-se de um "romance", ou seja, histórias baseadas em narrativas tradicionais ou elaboradas pelo poeta que trouxessem elementos do maravilhoso; os mais curtos (entre oito e 24 páginas), por sua vez, eram reconhecidos como "folhetos" e versavam entre acontecimentos, vida e morte de personalidades, entre tantos outros temas (GALVÃO, 2001; DIÉGUES JÚNIOR, 1986/1972). Essa fórmula editorial, que foi sendo consolidada ao longo de décadas, permitia que o leitor, mesmo quando não sabia ler, identificar, quase de imediato, de que tipo de narrativa se tratava. Como afirma Chartier (2003/1987) para o caso da *bibliothèque bleue*, trata-se "também [de] uma fórmula editorial que dá ao objeto formas próprias, que organiza o texto segundo dispositivos tipográficos específicos" (p. 275).

Evidentemente, essa correspondência entre tamanho do impresso e sua destinação a um determinado público somente pode ser realizada com maior rigor quando, com base na consulta a outros impressos que circulavam na mesma época e a outras fontes, são analisadas, entre outros aspectos, as condições materiais de produção existentes nos diferentes contextos. Em algumas conjunturas específicas de crise, por exemplo, como é o caso de locais sob influência de guerras e/ou de conflitos regionais, pode haver escassez de papel e mesmo impressos destinados a um suposto público mais sofisticado pode reduzir as suas dimensões e serem confeccionados com material de pior qualidade.

O tipo, o tamanho da letra e o tratamento dado a ela (negrito, sublinhado, itálico, caixa alta, hachuras) nos impressos também podem ser indicadores do público a que se destinam ou da forma como esse público deveria ler ou pensar, a partir de um dispositivo gráfico. A partir da análise do tamanho da letra e do espaçamento entre as linhas e, com base em autores da área de design, Nascimento (2017), por exemplo, infere para qual faixa etária se destinava cada um dos livros que compunham a série graduada de Felisberto de Carvalho. Frade (2012) também evidenciou e analisou esse fenômeno quando estudou as configurações gráficas de livros brasileiros e franceses para ensino da leitura e seus possíveis efeitos nos usos dos impressos nos séculos XIX e XX. Ao investigar a utilização de recursos gráficos e visuais nesses livros, destinados ao aprendizado inicial do ler, verificou que a tipografia, os

espaçamentos, marcadores, sinais, as colunas, cores, linhas e números que constituíam *a mise en page* assumiam funções, como instrumentos para pensar a língua e o uso da página no processo de alfabetização. O procedimento de separar as sílabas com hífen, com espaços em branco, ou a estratégia gráfica de apresentar na página a marcação silábica, na palavra inteira, com letras hachuradas e não hachuradas, com a variação do tamanho, da forma e do tipo de letra, com cores diferentes; o posicionamento da letra no espaço da folha próxima de certas sílabas têm uma função no texto, na configuração dos impressos, visando as supostas necessidades de seu leitor presumido. As estratégias gráficas desse tipo, protocolos visuais, são estabelecidas, considerando-se o procedimento mental que se deseja ativar nos leitores visados, nos usuários dos livros de ABC e dos métodos de alfabetização: a análise e a síntese. Parte-se do conhecimento dos autores dos livros de alfabetização sobre as operações mentais necessárias para aprender a ler e transforma-se esse saber em recurso gráfico, visual, material, por meio de decisões também editoriais, em um contexto que possibilita determinadas condições técnicas.

Em relação às escolhas dos tipos de letras e dos destaques a elas dados, podemos citar, ainda, o estudo de Manke e Galvão (2018), em que são analisadas marcas tipográficas como o uso de negrito e itálico em livros didáticos de História e Geografia, publicados na primeira metade do século XX. A análise dessas marcas mostrou que elas ocupavam lugar decisivo nos sentidos da leitura que se pretendia impor aos supostos leitores. Na pesquisa, investigamos o caso de um leitor específico – não escolarizado – que leu intensivamente as obras didáticas analisadas. Verificamos que essas escolhas editoriais parecem ter cumprido um papel significativo do processo de apropriação que ele fez dos conteúdos veiculados pelos livros.

Em direção semelhante, Frade (2012), em suas análises dos livros de ABC, constatou que, em alguns dos impressos estudados, no momento em que se pressupõe que o leitor visado dos livros que ensinam a ler já se encontram numa fase de transição, do aprendizado da letra, da sílaba, para o aprendizado da leitura corrente, modifica-se a maneira de imprimir o texto na página: no lugar da separação das sílabas por hífen ou por espaçamento,

passa-se pela marcação da sílaba hachurada e não hachurada, aposta-se, posteriormente, no recurso visual de se manter a palavra inteira, variando-se tamanho e fonte com diferentes tipos de letras. Muda-se o perfil do leitor visado – suas demandas já são outras em outra fase da alfabetização –, e o impresso acompanha essa mudança, apresentando-se com outra configuração gráfica. Mesmo assim, em se tratando de um processo de aprendizado das letras, do ler, ainda que a palavra seja mantida, sem a separação da sílaba com hífen ou espaçamento, é possível que seus leitores presumidos, como, por exemplo, as mães dos aprendizes que atuassem em uma alfabetização doméstica, fizessem a análise silábica, aprendida anteriormente nos métodos de soletração, já que se mantém a variação no tamanho e na fonte das letras que compõem cada sílaba. A análise dos recursos gráficos utilizados nos impressos destinados ao ensino da leitura evidencia, pois, as características de seu público-alvo, o qual precisa construir significações e maneiras de usar o que visualiza nos impressos no processo de aprendizagem inicial da leitura.

Outro aspecto relevante quando se analisam impressos diz respeito ao papel dos paratextos (GENETTE, 2009). A análise de elementos como capas, quarta-capas, orelhas, prefácios, posfácios, dados sobre autores e ilustradores, sumários, notas de rodapé, dedicatórias e epígrafes podem auxiliar o pesquisador a reconstruir o leitor visado pela obra.

Informações contidas na capa, como a indicação do número de edições; do preço; de que o impresso segue o programa de uma escola de referência (como ocorria em relação ao Colégio Pedro II ou a escolas normais em muitos livros didáticos); de que foi adotado por escolas públicas de determinadas províncias/estados. A própria composição da capa, com o uso (ou não) de imagens, de cores, de diferentes tipos e tamanhos de letras e de outras marcas tipográficas podem produzir no leitor, por exemplo, sensações como sobriedade, ludicidade, leveza, seriedade...

Os anúncios, as listas de obras e outros objetos à venda na mesma ou em outras tipografias/editoras/livrarias, presentes em muitos impressos, podem contribuir para a reconstrução do universo econômico, social, profissional e cultural do suposto leitor. Indicações de que a obra tem direitos autorais reservados também devem ser consideradas, principalmente no momento

anterior ao final do século XIX, quando a função autor ainda não havia sido plenamente estabelecida[159]. Até mesmo a presença do logotipo da editora e o destaque dado ao nome do autor (ou do tradutor ou do ilustrador)[160], na capa ou na quarta-capa, produzem efeitos de sentido no leitor visado. Os dados catalográficos e o colofão podem também ser indicadores de como a obra é classificada por outros agentes que também participam do circuito das comunicações.

O título, que nem sempre é escolha do autor, também deve ser analisado nessa mesma direção. Ele sugere ao leitor que se trata de um compêndio? De um manual prático? De uma história de amor? De uma coletânea? Todos esses paratextos podem ser vistos como estratégias editoriais para produzir efeitos de sentido no leitor visado e, em muitos casos, para conferir legitimidade à obra.

Em trabalho sobre que concepções de professor-leitor estão supostas em dois livros didáticos de Português, publicados no final do século XIX e na década de 70 do século XX, Soares (2001) analisa, entre outros aspectos, os paratextos das duas obras. A autora constata que o primeiro era dirigido aos alunos, pois consistia em uma antologia de textos sem qualquer indicação de uso: supunha-se, implicitamente, a competência do professor em trabalhar autonomamente; o segundo, por sua vez, destinava-se a alunos e professores que, naquele momento, passou a ser visto como um profissional que precisava de uma ajuda mais efetiva para preparar e dar aulas. O próprio autor do segundo livro analisado indica, na *Apresentação* da obra, que o professor, por

159. A primeira lei de direitos autorais brasileira é de 1898. Ver: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-496-1-agosto-1898-540039-publicacaooriginal-39820-pl.html

160. Para compreender o lugar simbólico do autor, dos demais agentes do circuito e até mesmo da obra no período de sua publicação, é necessário cruzar fontes e consultar, por exemplo, as notícias veiculadas nos jornais sobre esses aspectos. Avelar (2018) fez exaustivo levantamento sobre o *Compendio de Gymnastica Escolar*, de Arthur Higgins, em periódicos, durante o período das várias edições da obra. Por meio da análise dos anúncios a ela referidos, pôde apreender que aspectos da obra eram considerados mais relevantes para convencer o suposto leitor de sua importância. A Hemeroteca da Biblioteca Nacional, ao possibilitar a localização exata das palavras nos periódicos, pode ser uma ferramenta importante nesse processo.

ser "muito atarefado" e os alunos, por "questões financeiras" exigem outro tipo de livro, o que faz com que haja, em sua obra, orientações metodológicas, sugestões de atividades, respostas aos exercícios, propostas de provas a serem aplicadas. Para a autora, a análise permitiu que chegasse à conclusão de que houve, ao longo do século XX, uma mudança na concepção de professor e de professor-leitor. O leitor visado por um mesmo gênero (o livro didático) também se transforma nesse período.

Também a análise dos paratextos permitiu a Barbosa (2019), em trabalho já citado, constatar que as transformações operadas pelas editoras nas diferentes versões das cinco obras de poesia infantil por ela analisadas permitiram, por exemplo, que elas fossem direcionadas a diferentes faixas etárias/níveis de ensino/leitores, o que permitiu que fossem inscritas em programas governamentais de avaliação e compra de livros literários para as escolas de modos distintos. Um dos exemplos citados pela autora diz respeito à segunda edição de uma das obras por ela analisada (*O menino poeta*, de Henriqueta Lisboa), publicada em 1975 (32 anos após a primeira edição), que "foi feita por uma editora da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, com apresentação e posfácio direcionados aos professores, com sugestões de trabalhos com a obra de poesia em sala de aula" (BARBOSA, 2019, p. 192). Vê-se, claramente, uma mudança no público leitor suposto pelo impresso.

As imagens também podem ser consideradas paratextos, dependendo de sua localização na obra, e devem ser consideradas como estratégias discursivas, como vimos no tópico anterior, mas também como componentes da materialidade do impresso. Até meados do século XX, no Brasil, as imagens a serem utilizadas nos impressos eram raras e caras. Nesse sentido, a análise da sua presença (e do tipo de presença) nos impressos pode nos revelar sobre o investimento de autores e editores na produção de obras com menor ou maior grau de sofisticação, visando a um determinado público leitor. Nessa direção, é importante analisar as técnicas com as quais as imagens eram produzidas, como, por exemplo, litogravura (em pedra), zincogravura (em metal) ou xilogravura (em madeira). É preciso também compreender a cultura gráfica[161] do período estudado para não cometer anacronismos e

161. Ver Petrucci (1999).

pensar, por exemplo, que a xilogravura sempre esteve associada a impressos populares por ser, a princípio, o modo mais barato de produzir imagens. No entanto, muitas vezes os clichês não eram produzidos especificamente para aquele impresso e, em alguns casos, eram reaproveitados. Nascimento (2017), por exemplo, observa a prática de utilização de imagens genéricas disponibilizadas em catálogos de clichês para compor livros como os de Abílio César Borges no final do século XIX. No estudo de Melo (2013), foi possível observar um reaproveitamento de imagens, para compor as capas das revistas de fotonovelas, de outros impressos, como cartazes do cinema hollywoodiano, já que, no Brasil, nos anos 1950, nas palavras de Hallewell (2005), ainda não eram suficientes os equipamentos gráficos modernos adquiridos para o desenvolvimento desse setor industrial. Esse mesmo processo de reaproveitamento de zincogravuras foi realizado em relação aos folhetos de cordel, em uma aparente dissociação entre o conteúdo dos versos e as imagens das capas escolhidas para compor o impresso. A narrativa de acontecimentos locais podia ser ilustrada, por exemplo, também por atores e atrizes de cinema (GALVÃO, 2001).

No trabalho já citado de Frade (2012) sobre os livros de alfabetização, a autora constatou que as marcações gráficas e organização do texto nas páginas dos impressos não ocorrem ao acaso, guardam ligações com as intencionalidades dos autores e com as decisões editoriais no sentido de comandar o olhar sobre a página (FRADE, 2012, p. 203), ajudam a compreender o objeto de estudo, juntamente com as condições técnicas no tempo e no espaço investigado. Travessões que separam frases em livros que ensinam a leitura corrente podem ser um recurso visual que auxilie nesse aprendizado, mas também pode ser um artifício (simultaneamente?) que contribui com o aproveitamento mais intenso do papel, dadas as condições de sua disponibilidade no mercado, fabricação, preço e a capacidade de compra das editoras. Faz-se, portanto, a articulação da análise da materialidade dos impressos com o estudo das suas condições de produção.

Outro aspecto que tem sido analisado em nossas pesquisas relativo à materialidade diz respeito à *mise en page*, ou seja, à disposição do texto e das imagens na página a ser impressa. Pelo menos até meados do século XX, no caso brasileiro, havia a necessidade de aproveitamento de todo o fólio, ou seja,

diante da escassez de papel e do modo de funcionamento das prensas, era preciso, além de dobrar a folha em quantas partes fossem necessárias diante das dimensões que teria o impresso, preencher todos os espaços em branco. No caso da revista *Grande Hotel* (MELO, 2013), preenchia-se o espaço ao redor do centro da folha com cartas de leitores, suas consultas amorosas; com as respostas da redação às dúvidas de uma parte de seu público leitor; com o expediente da revista, sempre publicado no pé da página; com os resumos das narrativas em fotodesenhos, antes que as sínteses fossem deslocadas para o interior da revista.[162] Depois, a depender da disponibilidade de desenhos ou fotos retocadas, todos eles coloridos, publicava-se ora uma seção, ora outra. Verificamos, assim, em *Grande Hotel*, relações entre a questão da composição do impresso e a distribuição dos textos na página, de modo que se obtivesse um melhor aproveitamento do papel, como se pode observar na figura abaixo. Essas escolhas de ordem tipográfica certamente tinham efeitos na produção de sentidos pelo leitor, em um país em que a maior parte da população não era alfabetizada (RAVANELLO, 2002).

162. Essa modificação parece ter ocorrido na revista entre 1947 e 1951. A partir do n. 13 de *Grande Hotel*, de 22/10/1947, no nosso *corpus*, não localizamos mais os resumos dos episódios já publicados dos fotodesenhos nas quartas capas da revista.

Figura XX – Quarta capa da revista *Grande Hotel*, n. 298, de 07/04/1953.

CONFESSIONÁRIO do Amor

Grande Hotel Ídolos da Tela

SERÁ O AMOR com que tanto sonhei?

LORI NELSON

Nada poderia demover Lori Nelson da sua resolução de se tornar atriz cinematográfica, nem sequer os cinco anos de invalidez que resultaram do grave reumatismo de que foi atacada. Estava ela com dezesseis anos e, quando festejou o seu décimo-sétimo aniversário, viu realizada a sua

(conclui na pág. 20)

Grande Hotel SAI AS TERÇAS-FEIRAS

A MAGICA REVISTA DO AMOR, QUE DA SORTE

Publicada pela CASA EDITORA VECCHI Ltda.
Diretor-responsável: DELMAN BONATTO
Redação, administração e oficinas: RUA DO RESENDE, 144 — RIO DE JANEIRO

Fica proibida a reprodução total ou parcial desta publicação. Copyright 1953.
Não devolvemos originais, nem mantemos correspondência sobre os mesmos.
A direção não se responsabiliza pelos trabalhos de colaboração que aparecerem nesta revista.

ASSINATURAS
SOB REGISTRO MODICO:
SEMESTRAL — Cr$ 115,00
A. U. e I. — Cr$ 230,00

No estudo sobre cordel (GALVÃO, 2001), foi possível observar que a *mise en page* transformou-se, ao longo de cinco décadas (final do século XIX aos anos 1940), em virtude das necessidades do público leitor e dos modos de leitura. Em um contato cotidiano e gradativo com o material empírico, percebemos que, de modo geral, ao contrário do que ocorria com os folhetos mais antigos, aqueles publicados mais recentemente tendiam a manter, em uma página, um número determinado de estrofes completas, de modo a não "cortá-las", passando alguns versos para a página seguinte. Qual o significado dessa mudança editorial? Folhetos que disponham estrofes completas em uma única página são, certamente, mais fáceis de serem lidos em voz alta: o virar da página e o manipular o impresso no meio de uma estrofe constituem uma dificuldade para leitores pouco habituados ao mundo do impresso e para a realização da leitura oralizada. A constatação de que as histórias mais longas, os romances – que parecem não terem sido feitas para serem memorizadas ou mesmo lidas oralmente –, são justamente as que apresentam maior índice de cortes, constitui mais um indício que permite levantar essa hipótese. Isso indica também a passagem de uma leitura oralizada mais comum nas trocas entre quem sabia ler e quem apenas ouvia os textos para uma leitura silenciosa, individual, que depende da alfabetização no sentido de habilidade individual. Editores parecem ter compreendido essa crescente necessidade ou mudanças no perfil do público leitor.

A maioria desses aspectos que compõem a materialidade do impresso é resultado de intervenções editoriais e não apenas dos autores dos textos. Nesse sentido, mesmo em um trabalho que focalize os leitores dos impressos, é imprescindível levantar informações sobre a tipografia/gráfica/editora em que foram fabricados. No estudo já citado sobre a revista *Grande Hotel* (MELO, 2013), foi necessário comparar as edições brasileiras com suas congêneres italiana (*Grand Hôtel*) e francesa (*Nous Deux*), para compreender as estratégias editoriais realizadas no Brasil para atingir um público leitor específico. Nesse processo, foi necessário um estudo minucioso sobre os editores dos três países e o lugar ocupado por eles no mercado editorial de cada país na época. No estudo sobre cordel (GALVÃO, 2001), verificou-se que o local onde os impressos foram produzidos ao longo do tempo (das tipografias de

jornais à montagem de uma rede de impressores especializados) foi decisivo no próprio processo de configuração do gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, ao longo deste texto, propor alguns caminhos para a análise de impressos – texto (conteúdo e estratégias discursivas) e materialidade –, baseadas em pressupostos e em instrumentos metodológicos advindos de campos como a História Cultural – particularmente a história do livro, da leitura, da edição e da cultura escrita – e a Análise do Discurso. Por se voltar para pesquisadores da História da Educação, o texto priorizou exemplos de análise de estudos dessa área, principalmente aqueles que tomam o impresso como objeto de investigação.

Evidentemente, cada pesquisador encontrará seu próprio modo de, ao se deparar com sua empiria e tendo em vista suas questões de pesquisa, organizar e tratar de todos os aspectos aqui discutidos. No entanto, para dar inteligibilidade a elementos da materialidade do impresso e das estratégias discursivas, no interior de uma problematização mais ampla do objeto de pesquisa, é preciso utilizar dois procedimentos inerentes a qualquer pesquisa histórica: o cruzamento de fontes e o domínio da bibliografia sobre o tipo de impresso estudado no contexto de uma determinada cultura gráfica. É preciso, portanto, muitas vezes, ultrapassar a análise do *corpus* e realizar estudos comparativos com outros impressos que circulavam no mesmo período, para entender a própria especificidade do artefato cultural estudado. É preciso, ainda, sempre considerar que o impresso é resultado de um circuito composto por vários agentes. Assim, na pesquisa com objetos dessa natureza, não se pode perder de vista os contextos dinâmicos que envolvem a produção, a recepção e a circulação desses objetos culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes.* São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

AVELAR, Ana Cláudia. *Uma ginástica que também se lê:* a produção do Compendio de Gymnastica Escolar de Arthur Higgins (1896-1934). 2018.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.
BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006 (1ª. edição: 1981).
BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal.* São Paulo: Martins Fontes, 2003 (1ª. edição: 1979).
BARBOSA, Raquel Cristina Baêta. *A circulação de cinco obras clássicas de poesia infantil brasileira publicadas entre 1940 a 1980:* análise de estratégias para a permanência e acomodação dentro e fora do contexto escolar. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.
BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
BATISTA, Antônio Augusto Gomes. *O texto escolar*: uma história. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W., GASKELL, George (org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002, p.189-217.
BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89-94.
BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. p. 59-73.
CARDOSO, Cancionila Janzkovski. *Cartilha Ada e Edu*: produção, difusão e circulação (1977-1985). Cuiabá: EdUFMT, 2011.
CERTEAU, Michel de. *A escrita de história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1992 (1ª. edição: 1975).
CHARAUDEAU, Patrick, MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso.* São Paulo: Contexto, 2008.
CHARTIER, Roger. *A História Cultural*: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.
CHARTIER, Roger. *Figures de la gueuserie*. Montalba, 1982.
CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

CHARTIER, Roger. *Au bord de la falaise*: l'histoire entre certitudes et inquiétude. Paris: Albin Michel, 1998.
CHARTIER, Roger (org.). *Les usages de l'imprimé.* Paris: Fayard, 1987.
CHARTIER, Roger. Textos, impressos, leituras. In: CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990, p.121-139.
CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime.* São Paulo: UNESP, 2003 (1ª. edição: 1987).
CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar:* cultura escrita e literatura (séculos XI-XVIII). São Paulo: UNESP, 2007 (1ª. edição: 2005).
CHARTIER, Roger, LÜSEBRINK, Hans-Jürgen (dir.). *Colportage et lecture populaire:* imprimés de large circulation en Europe (XVIe-XIXe siècles). Paris: IMEC/Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1996.
DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Ciclos temáticos na literatura de cordel. In: DIÉGUES JÚNIOR, Manuel (org.). *Literatura popular em verso*: estudos. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986, p. 27-177. (1ª edição: 1972).
ECO, Umberto. *Lector in fabula*: a cooperação interpretativa nos textos narrativos. São Paulo: Perspectiva, 1986 (1ª edição: 1979).
FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso de mudança social.* 2ª ed. Brasília: Editora da UnB, 2016 (1ª edição: 1992).
FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? *Educação e sociedade*, Campinas, v. 23, n. 81, p. 21-47, dez. 2002.
FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso.* São Paulo: Loyola, 1996 (1ª edição: 1970).
FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 (1ª edição: 1969).
FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. As configurações gráficas de livros brasileiros e franceses para ensino da leitura e seus possíveis efeitos no uso

dos impressos (séculos XIX e XX). *Revista Brasileira de História da Educação,* Campinas-SP, v. 12, n. 2 (29), p. 171-208, maio/ago. 2012.
GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Cordel*: leitores e ouvintes. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; CHAGAS, Aline de Oliveira. A produção sócio-histórica da noção de analfabeto na imprensa brasileira (primeira metade do século XIX). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, João Pessoa. *Anais Eletrônicos...* João Pessoa: UFPB, 2017, p. 3738-3756. Disponível em: <http://www.ixcbhe.com/arquivos/anais/eix03/individual/3738-3756.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019.
GALVÃO, Ana Maria de Oliveira, JINZENJI, Mônica Yumi. A quem se destinava o *Boletim Vida Escolar*? In: GALVÃO, Ana Maria de Oliveira, LOPES, Eliane Marta Teixeira (org.). *Boletim Vida Escolar*: uma fonte e múltiplas leituras sobre a educação no início do século XX. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p.17-53.
GASKELL, Philip. *A new introduction to bibliography*: the classic manual of bibliography. Delaware: Oak Knoll Press, 2009 (1ª edição: 1972).
GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
JINZENJI, Mônica Y. *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994 (1ª edição: 1978).
MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso.* Campinas: Pontes, 1997.
MANDROU, Robert. *De la culture populaire aux 17e et 18e siècles.* 3ed. Paris: Imago, 1985. (1ª edição: 1964).
MANKE, Lisiane Sias; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. A formação leitora em manuais escolares: o caso de um leitor não escolarizado (século XX). *Revista Brasileira de História da Educação*, v.18, p.1-25, 2018.
MELO, Juliana Ferreira de. *Um impresso* para *mulheres e seus modos de apropriação*: a revista *Grande Hotel* e seus (supostos) leitores (Minas Gerais, 1947-1961). 2013. 434 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). *Introdução à linguí*stica 2: domínios fronteiras. São Paulo: Cortez, 2006, p.101-142.

McKENZIE, Don F. *Bibliography and the sociology of texts.* Londres: The British Library, 1999 (1ª edição 1985).

NASCIMENTO, Luiz Augusto. *O design dos livros de leitura da editora Francisco Alves (1900-1938):* Felisberto de Carvalho e seus contemporâneos. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

PÊCHEUX, Michel. As condições de produção do discurso. In: GADET, Françoise, KAT, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. São Paulo: UNICAMP, 1990. p.79-87.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica e Filosofia*. São Paulo: Cultrix, 1972.

PEREIRA, Ana Paula Pedersoli. *Folhinhas de algibeira do século XIX:* um estudo da forma, função e conteúdo. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

PETRUCCI, Armando. *Alfabetismo, escritura, sociedade*. Barcelona: Gedisa, 1999.

POSSENTI, Sirio. Apresentação da Análise do Discurso: atualização e perspectivas. *Glota*, Unesp, São José do Rio Preto, n. 12, p. 45-59, 1990.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas*: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

SOARES, Magda. O livro didático como fonte para a história da leitura e da formação do professor-leitor. In: MARINHO, Marildes. *Ler e navegar*: espaços e percursos da leitura. Campinas: Mercado de Letras, 2001, p. 31-76.